



Universidade do Algarve
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Departamento de Artes e Humanidades
Mestrado em Arqueologia

Teoria Arqueológica

Dr. João Cascalheira

**Enciclopédia Digital de Teoria Arqueológica:
Arqueologia de Género**

Anne Farias, N.º 50163

Janeiro 2021

Arqueologia de Gênero:

Pode ser definida como o ramo da Arqueologia que propõe o estudo das comunidades do passado através de um exame rigoroso dos seus vestígios, para compreender o papel desempenhado por homens e mulheres. É, portanto, uma metodologia de análise que exige que a investigação se debruce sobre as evidências com alto grau crítico para não atribuir papéis sociais baseado apenas nos atributos do sexo biológico.

É a partir da abertura proporcionada pelo pensamento Pós-Processualista, que narrativas voltadas para o ser humano como agente histórico e social tomam força. Posturas de questionamento às interpretações culturais convencionais, bem como, um esforço em incluir sujeitos geralmente invisibilizados - como por exemplo, as populações colonizadas e as mulheres - são a gênese da arqueologia de gênero.

Raízes da Arqueologia de Gênero

Para compreender o que a subdisciplina sugere, é importante entender mais profundamente seus antecedentes e contexto. A começar nos anos 1960, um movimento encabeçado por Lewis Binford, e seus artigos autointitulados “combativos”, propagou na antropologia arqueológica um pensamento pró-ciência, que ficou conhecido como Nova Arqueologia – ou Arqueologia Processual. Essa mobilização materializou-se num grupo de jovens arqueólogos descontentes por sentirem que o campo de estudos se resumia a coleta de dados como um fim em si mesmo, sendo, no melhor dos casos, explicações de padrões espaciais, temporais e formais dos registros. Confrontando a então tradição arqueológica com uma abordagem baseada no positivismo lógico associado à Carl Hempel, isto é, em metas explicativas nos termos nomológico-dedutivos e o teste de hipóteses do modelo hipotético-dedutivo de confirmação. Mesmo através dos esforços de arqueólogos com perspectivas filosóficas, como Patty Jo Watson, Steven A. Le Blanc e Charles L. Redman, entre outros, é notável uma certa dificuldade por parte dos arqueólogos em perceber como estes modelos funcionariam na prática.

Binford demonstrava uma rejeição às preocupações de cunho “paleopsicológico”, assumindo uma adaptação extrassomática da humanidade a ambientes materiais (Koide et al, 2014: 553). Ou seja, assumiu que as interações com o ambiente delinearão a evolução das culturas materiais. Sendo assim, durante os anos de 1970, houve, na literatura arqueológica, uma prevalência deste tema, que dizer, trabalhos que argumentavam sobre as dinâmicas presentes dos sistemas – da cultura

material, das práticas de subsistência e dos padrões de organização social – que poderiam assegurar a possibilidade adaptativa das culturas. Ao mesmo tempo, assomam-se críticas incisivas à Nova Arqueologia e sua retórica positivista que, segundo Alisson Wylie, “caracterizava mal os *insights* epistêmicos inovadores que estavam emergindo nas práticas orientadas para problemas da nova arqueologia” (*idem*: 554).

Nessa conjuntura, é perceptível uma brecha conceitual que, nos anos 1980, originou um grupo de arqueólogos, maioritariamente ingleses - conhecidos por “pós-processuais” - que desaprovavam o positivismo epistêmico dos processualistas e sua concepção eco-materialista de cultura. Facilmente, alguns desses críticos, se equivocaram com insinuações fortemente relativistas, cuja interpretação apontavam para que se as evidências arqueológicas são um dado, não se pode esperar que elas forneçam um teste de hipóteses interpretativas (*idem, ibidem*). Foi então que o investigador Ian Hodder e seus alunos Michael Shanks e Chris Tilley, (cf. Hodder, 1982; Shanks & Tilley, 1982) para citar alguns exemplos, sugeriram que essas críticas não correspondiam ao potencial da Arqueologia ou as limitações do Processualismo.

É com essa abordagem ponderada, proposta pelos autores supracitados, que o Pós-Processualismo emerge como corrente promissora ao surgimento da arqueologia de gênero, como podemos observar a seguir na citação de Wylie:

“Enquanto construtivistas sociais, muitos arqueólogos pós-processuais tinham a intenção de desafiar certos tipos de afirmações arqueológicas; eles refletiam politicamente e queriam mostrar que a arqueologia *mainstream* reproduzia rotineiramente pressupostos etnocêntricos – às vezes explicitamente nacionalistas, classistas, elitistas – sobre como o passado deveria ter sido, pressupostos que eram simplesmente equivocados.” (Koide et al, 2014: 555)

A primeira invocação a que se tem notícia à uma perspectiva de gênero na arqueologia – ou melhor, ainda neste momento, numa visão explicitamente feminista – foi uma conferência intitulada ““Were they all men?”, organizada por um coletivo de arqueólogas norueguesas, em 1979, que inclusive foram também responsáveis pela criação de um jornal de arqueologia feminista “Kvinner Arkeologi Norge” (1985-2007), (Wylie, 2017: 18). Mas foi apenas em 1988, mais precisamente com o congresso “Engendering Archaeology”, proposto por Meg Conkey e Joan Gero, que essa agenda tomou contornos mais promissores. Tendo como pautas, problemas relativos à interpretação arqueológica, suas metodologias, e o modo no qual propagavam o

machismo dentro do meio acadêmico e, conseqüentemente, profissional, assim como incorporar as demandas feministas à arqueologia. Portanto, surge para criticar a tendência androcêntrica, propondo novas maneiras de interpretação, assim como novas formas de abordagem investigativa (Pagnossi, 2017: 53).

Com isso, é indissociável ao feminismo, também, o aparecimento da arqueologia de gênero, é importante a compreensão dos seus conceitos e teoria, assim como o seu desenvolvimento enquanto doutrina e movimento político, social e cultural. É a partir dos anos 1960 que vemos críticas feministas configurando as Ciências Sociais e Humanas, e, tardiamente, como já mencionado, apenas na década de 1980, com a influência da chamada “Segunda Vaga” feminista.

Arqueologia Feminista vs. Arqueologia de Gênero

É quase um lugar-comum a ideia de que a Arqueologia Feminista e de Gênero são a mesma coisa, esta discussão, inclusive, estão presentes desde o início nas investigações neste campo teórico. Há relevantes divergências, enquanto algumas autoras, como Pagnossi (2017) e Wylie (2014, 2017), consideram uma indissociável a outra, exatamente por não entenderem que o Feminismo se ocupe apenas das mulheres, seja na pré-história ou no tempo histórico. Há outros, como Díaz-Andreu (2005) e Gomes (2011, 2015), que assumem um viés restritivo à Arqueologia Feminista, e acreditam que apenas a Arqueologia de Gênero seria uma opção para a interpretação de temas transversais a >todos< os gêneros. Já Berrocal (2009) tece duras críticas à Arqueologia de Gênero, pois acredita que a mesma busca se dissociar de questões políticas, e conseqüentemente, do Feminismo. Não obstante, Wylie (2014) diferencia uma arqueologia da outra, nomeadamente nas questões metodológicas, visto que as críticas feministas apontam que o próprio método científico reproduz caracteres sexista e androcêntricos.

Podemos com isso depreender que a Arqueologia de Gênero, exatamente por fazer uma leitura de gênero na Arqueologia, admite múltiplas correntes teóricas, muitas vezes com panoramas conceituais que se sobrepõe, mas que são definitivamente diferentes. Segundo Gomes (2015), devido a este impasse, a investigação da Arqueologia de Gênero tem respeitado especificidades e idiosincrasias dos meios acadêmicos onde se tem desenvolvido. Quer isto dizer, que estão condicionados às linhas teóricas diferenciadas dentro da Teoria Feminista, sendo possível, também, sequer tratar da agenda feminista.

Desse modo, o autor, então, sugere que essa complexidade é inerente a Arqueologia de Género pois está presente desde seu início, sendo possível, inclusivamente, apontar três principais graus aos quais as questões de identidade e relações de género intersectam a Arqueologia: (I) nível discursivo – criticando a produção de conhecimento e procurando leituras mais realistas e equilibradas; (II) nível historiográfico – desconstruindo narrativas que invisibilizam o papel da mulher na história da disciplina; e, (III) nível sociológico - expondo as desigualdades nas práticas arqueológicas, contribuindo assim para a equidade na profissão (Gomes, 2015: 54).

Sexo biológico vs. Identidade de Género

É imprescindível atualmente para os estudos das Ciências Sociais e Humanas a distinção dos conceitos de Sexo biológico e o Género enquanto categoria identitária. Apesar do último ser bastante recente na literatura, tendo sido abordado pela primeira vez nos anos 1950 por John Money, num estudo sobre indivíduos nascidos hermafroditas. O psiquiatra americano, para descrever a performance identitária em seu estudo, esboçou pela primeira vez o conceito de Género (Gomes, 2011: 7).

O senso-comum insinua que são meramente a mesma coisa, sendo, por exemplo, uma pessoa que nasceu do sexo feminino automaticamente pertencente ao género feminino. Porém, o estudo supracitado, revela que o género está, essencialmente, em função da educação e do ambiente. O Feminismo adotou o conceito de género, tornando-o equivalente à cultural, em oposição a ideia de sexo biológico, determinista e definitivo. Assim, o movimento alargou suas críticas às estruturas patriarcais do poder, assentando seu discurso no princípio da Igualdade de Género, já que entendem o género como uma construção social e, consequentemente, a sociedade como quem produz, também, as diferenças e desigualdades entre os géneros (Díaz-Andreu, 2005: 15; idem, ibidem).

O género torna-se, então, o conceito funcional principal da crítica feminista, tendo, inclusivamente, a frase escrita por Simone de Beauvoir em sua obra “O segundo sexo”, de 1949, como lema da referida “Segunda Vaga” do movimento: “On ne naît pas femme: on le devient” – isto é, em livre tradução: Não se nasce mulher, torna-se mulher –, (Beauvoir, 1949).

Contributos da Arqueologia de Género

A Arqueologia de Género se iniciou como um possível ajuste e revisão de termos e conceitos relativos a Identidade de Género, nos Estados Unidos da América - uma vez que a Arqueologia naquele país se estuda como uma especialidade da Antropologia, é de se esperar que seria quase automática a sua concessão à disciplina - e na Europa - principalmente, na Noruega, Suécia e Espanha -, nas últimas décadas, se converteu, numa crescente contribuição do campo teórico agregando um diversificado conjunto de linhas epistemológicas, teóricas e metodológicas, oferecendo, assim, contributos muito diversos, particularmente às Ciências Sociais.

A investigadora Cheryl Claassen, em 1994, organizou três conferências sobre “Arqueologia e gênero” na Universidade Estadual dos Apalaches em Boone, na Carolina do Norte e, nas atas da III conferência, relatou ter documentado mais de 450 contribuições relacionadas ao tema, produzidos por mais de 300 autores (Claassen & Joyce, 1997, citado em Wylie, 2017:22). Já na celebração os vinte anos da publicação de “Engendering Archeology”, a investigadora Diane Bolger estruturou o estado de conhecimento na área em 30 ensaios agrupados na edição de 2013 do “Blackwell companion to gender prehistory” (idem: 23).

Segundo Wylie (2014, 2017), podemos concluir que a Arqueologia de Género tem uma narrativa de contribuição que pode ser dividida em duas “vagas”: (I) a primeira simplista vinculada à agenda feminista que teve como pretensão por fim com a invisibilidade das mulheres, e outra (II) mais sofisticada, academicamente falando, que reconhece categorias de gêneros – fluídos e não binários – que tem como intuito destacar a interseccionalidade. Neste primeiro momento a preocupação era basicamente com questões de ações, status e principalmente, como já referido, enfatizar a presença das mulheres nas comunidades do passado, uma vez que o padrão nas investigações sempre foi o masculino, o “não neutro”, tendo como metodologia de estudo os métodos e bases de dados convencionais da arqueologia e dificilmente problematizando o >gênero< (*idem, ibidem*). Contudo, esse início já permitia, dando a conhecer as questões de género, um plano de reavaliação da diversidade do registo arqueológico, introduzindo assim um protótipo de diferenciação social mais complexo.

Desta forma, um aspeto inesperado da arqueologia de género é que as intervenções iniciais, destinadas, então, a ajustar falhas específicas e preencher lacunas – integrando mulheres e género à compreensão do passado cultural –, em pouco tempo impulsionaram a pesquisa de género a explorar novas linhas de evidência,

assim como repensar os modos tradicionais de análise, e a expandir o conhecimento e as linhas teóricas em que se assentavam (idem: 24).

Referências bibliográficas

- Berrocal, M. C. (2009). Feminismo, teoría y práctica de una arqueología científica. *Trabajos de Prehistoria*, 66(2), 25–43. <https://doi.org/10.3989/tp.2009.09026>
- Dennell, R. W. (1982). Archaeology and the study of desertification. In *Desertification and development: dryland ecology in social perspective* (Vol. 7, Issue 1984).
- Díaz-Andreu, M. (2005). Arqueología y género / Margarita Sánchez Romero (ed.). *Arqueología y Género*, 13–51.
- Dyson, S. L., Gero, J. M., & Conkey, M. W. (1992). Engendering Archaeology: Women and Prehistory. *Journal of Interdisciplinary History*, 23(2), 309. <https://doi.org/10.2307/205279>
- Pagnossi, N.C. (2017). Construindo uma arqueologia de gênero. In *Revista de Arqueologia Pública*. São Paulo, 50–66.
- Furquim, L. P., & Jácome, C. P. (2019). Teorias de gênero e feminismos na arqueologia brasileira. *Revista Arqueologia Pública*, 13(1[22]), 255–279. <https://doi.org/10.20396/rap.v13i1.8654825>
- Gomes, F. (2011). Arqueologia e Género(s): de Strange Bedfellows a um paradigma de leitura crítica do passado. *Revista Sapiens*, 5 (setembro), 6–30.
- Gomes, F. (2015). Género, Identidade E Poder: Para Uma Leitura Crítica Das Relações De Género Em Arqueologia. *Conimbriga*, 54, 27–44. https://doi.org/10.14195/1647-8657_54_2
- Koide, K., Ferreira, M. T., & Marini, M. (2014). Arqueologia e a crítica feminista da ciência Entrevista com Alison Wylie. *Scientiae Studia*, 12(3), 549–590. <https://doi.org/10.1590/s1678-31662014000300008>
- Transformation, S., Hiix, C., Author, B., & Andres, C. R. (2009). Maney Publishing Trustees of Boston University. Source: *Journal of Field Archaeology*, 34(1), 1–24.

Vale, A. (2015). a Mulher E a Pré-História. Alguns Apontamentos Para Questionar a Tradição E a Tradução Da Mulher-Mãe E Mulher-Deusa Na Arqueologia Pré-Histórica. *Conimbriga*, 54, 5–25. https://doi.org/10.14195/1647-8657_54_1

Wylie, A. (2017). Os que conhecem, conhecem bem: teoria do ponto de vista e arqueologia de gênero. *Scientia e Studia*, 15(1), 13–38.